

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 30 DE JUNHO DE 2010

Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. **Semestre Findo em 30 de Junho de 2010**

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2010 Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), elaborados em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e com a Lei das Sociedades por Ações. Em conformidade com os objetivos estratégicos do plano de negócios arquivado no Banco Central, de acordo com a Resolução CMN 3.040, de 28 de novembro de 2002, com alterações, a administração comparou as projeções do cenário conservador do plano de negócios e os objetivos estratégicos para os dois primeiros anos, tendo identificado que a Corretora atingiu, em junho de 2010, 76% do market share e 95% da receita de comissões de corretagem projetados. Sendo assim, deu-se por concluída a implementação do plano de negócios.

Basiléia
A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basiléia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado formado pelo Banco e pela Corretora. O índice de Basiléia é monitorado em bases diárias e representa um importante indicador do montante de capital alocado compatível em função do grau de risco da estrutura de seus ativos.

Em 30 de junho de 2010, o índice da Basiléia do Conglomerado Financeiro era de 15,78%.

Gestão de Riscos
A Corretora segue as políticas globais internas de monitoramento de riscos e adicionalmente, mantém o comitê de riscos, sistemas e de controles (BRISC) que se reúne mensalmente para cobrir as áreas de riscos mencionadas abaixo e discutir aprimoramentos de controles internos na instituição.

(a) Estrutura de Gestão de Riscos
O Grupo Goldman Sachs possui um processo global de gestão de riscos abrangente por meio de uma série de sistemas financeiros, de crédito, operacionais, de compliance e jurídicos independentes, porém complementares. Além disso, diversos comitês globais são responsáveis pelo monitoramento de exposições ao risco e pela supervisão geral do nosso processo de gestão de riscos, conforme descrito abaixo. Esses comitês (inclusive seus subcomitês) reúnem-se regularmente e são compostos de membros seniores das nossas unidades geradoras de receita e dos departamentos independentes dessas unidades geradoras de receita. A Corretora está incluída no processo de gestão de riscos existente no Grupo Goldman Sachs.

A segregação de responsabilidades e a supervisão da gestão são elementos fundamentais do processo de gestão de riscos. Além dos comitês descritos abaixo, as funções que são independentes das unidades geradoras de receita, tais como Compliance, Controles Financeiros, Jurídico, Auditoria Interna e Operações, desempenham funções de gestão de riscos, que incluem monitoramento, análise e avaliação de riscos.

Comitê Global de Gestão: O Comitê de Gestão supervisiona as atividades globais do grupo, incluindo todas as funções de controle de risco do grupo. O Comitê realiza essa supervisão diretamente ou por meio da autoridade delegada aos comitês.

Comitê Global de Risco: O Comitê de Risco do grupo é responsável, globalmente, pelo monitoramento e controle contínuos dos riscos financeiros relacionados às atividades. Por meio do exercício da autoridade direta ou delegada, o Comitê aprova os limites das unidades de negócios, do grupo como um todo, de produtos e das divisões com relação aos riscos de mercado e de crédito, aprova os limites de risco de crédito soberanos e os limites de risco de crédito por grupos de classificação, bem como avalia os resultados de stress tests e das análises de cenários. O Comitê aprova, ainda, novos negócios e produtos.

O Comitê de Risco da Divisão de *Securities* estabelece limites de risco de mercado para as atividades de negociação, sujeitos aos limites gerais de risco em todo o grupo, para os negócios da área de FICC (renda fixa, *commodities* e moeda) e *Equities* (renda variável) com base em uma série de medidas de riscos, incluindo VaR, stress tests, análises de cenários e níveis de posição.

Os limites de risco das unidades de negócios são estabelecidos pelo comitê de risco apropriado e podem ser ainda alocados pelos gerentes das unidades de negócios às mesas de operações individuais.

Os gerentes das mesas de operações são os principais responsáveis por gerir os riscos dentro dos limites estabelecidos. Esses gerentes possuem profundo conhecimento das principais fontes de risco em seus respectivos mercados e dos instrumentos disponíveis para proteger suas exposições.

Os limites do risco de mercado são monitorados pela Divisão Global de Finanças e são analisados regularmente pelo comitê de risco apropriado. Violações dos limites são reportadas ao comitê de risco e aos gerentes das unidades de negócios. Os limites de risco de crédito também são monitorados pela Divisão Global de Finanças e analisados pelo comitê de risco apropriado. O Comitê de Risco da Divisão Global de Gestão de Investimento supervisiona os riscos de mercado, crédito da contraparte e liquidez relacionados aos negócios de gestão de ativos.

Comitê Global de Práticas de Negócios: O Comitê de Práticas de Negócios auxilia a alta administração na supervisão de *compliance*, riscos operacionais e questões de reputação relacionadas, procurando assegurar a consistência das políticas, práticas e procedimentos nos os Princípios de Negócios e fazendo recomendações sobre as formas de mitigar riscos em potencial.

Comitê Global de Capital da Empresa: O Comitê de Capital da Empresa aprova e supervisiona operações relativas a emissão de dívidas, inclusive os principais compromissos de capital da firma. Esses compromissos de capital incluem, entre outros, concessões de crédito, compromissos de liquidez alternativos e determinadas subscrições de dívidas. O Comitê de Capital da Empresa tem como objetivo assegurar que os padrões de negócios e de reputação para subscrições e compromissos de capital sejam mantidos em nível global.

Comitê Global de Comprometimento: O Comitê de Comprometimento analisa e aprova as atividades de subscrição e distribuição, principalmente com relação à ofertas de ações e títulos, e estabelece e mantém políticas e procedimentos que têm como objetivo assegurar que os padrões jurídicos, de reputação, regulamentares e de negócios sejam mantidos em conjunto com essas atividades. Além de analisar operações específicas, o Comitê de Comprometimento realiza periodicamente análises estratégicas de setores e produtos da indústria, estabelecendo políticas relativas às práticas de operações.

Comitê Global de Política de Crédito: O Comitê de Política de Crédito estabelece e analisa as políticas e parâmetros de crédito implementados pelo Departamento de Crédito.

Comitê Global de Finanças: O Comitê de Finanças tem como responsabilidade a supervisão do risco de liquidez, do tamanho e da composição do balanço patrimonial global e da base de capital, bem como na classificação de crédito. O Comitê de Finanças analisa regularmente a liquidez, o balanço patrimonial, a posição de financiamento e capitalização, efetuando ajustes em vista dos atuais eventos, riscos, exposições e exigências regulamentares.

Comitê Global de Novos Produtos: O Comitê de Novos Produtos, sob a supervisão do *Firmwide Committee*, é responsável por analisar e aprovar propostas de novos produtos.

Comitê Global de Risco Operacional: O Comitê de Risco Operacional supervisiona o desenvolvimento e a implementação de nossas políticas, estrutura e metodologias de risco operacional, monitorando a eficiência da gestão de risco operacional.

Comitê Global de Produtos Estruturados: O Comitê de Produtos Estruturados analisa e aprova propostas de operações de produtos estruturados a serem firmadas com nossos clientes, que envolvem questões legais, regulamentares, fiscais ou contábeis ou que apresentam, ainda, risco de reputação para o Goldman Sachs.

(b) Risco de Crédito
O risco de crédito representa a perda incorrida caso uma contraparte ou um emissor de valores mobiliários ou outros instrumentos não cumpram com suas obrigações contratuais, ou a uma deterioração da qualidade de crédito de terceiros.

A exposição a risco de crédito da Corretora decorre, principalmente através de liquidações de compras ou vendas de ações listadas realizadas em nome de seus clientes.

Para medir e gerenciar a exposição de crédito, a Corretora utiliza uma variedade de ferramentas, incluindo os limites de crédito relacionado à exposição potencial. Exposição potencial é a estimativa de exposição, dentro de um nível de confiança especificado, que pode ser ultrapassado durante a vida da transação baseado em movimentações do mercado.

Adicionalmente, como parte do processo de risco de mercado, as posições mensuradas por mudanças no *spread* de crédito, a Corretora utiliza o VaR e outras medidas de sensibilidade. Para complementar as primeiras medidas de risco de crédito o Banco utiliza-se da análise de cenários, como cenários de alargamento de *spread* de crédito, teste de estresse e outras ferramentas quantitativas.

Os sistemas de gestão global de crédito monitoram a exposição de crédito de contrapartes individuais e de uma forma agregada para as contrapartes e suas ligadas. Tais sistemas também fornecem gerenciamento, incluindo *firmwide risk* e comitê de políticas de crédito, com informações sobre risco de crédito no Brasil e liquidez da Corretora.

(c) Risco de Mercado
A potencial variação no valor de mercado das nossas posições e investimentos é chamado de risco de mercado. Essas posições resultam das atividades de *market-making*, operações proprietárias, *underwriting* e investimento. Substancialmente todas as posições são ajustadas a valor de mercado diariamente e as variações são registradas como resultado.

As categorias de risco de mercado incluem exposições a taxas de juros, preços de ações, taxas de câmbio e preços de *commodities*. Abaixo segue a descrição de cada categoria de risco de mercado:

- Os riscos de taxas de juros são decorrentes principalmente das exposições às variações no nível, na inclinação e na curva de rendimento e da volatilidade das taxas de juros.

- Os riscos de preço de ações são decorrentes de exposições às variações nos preços e da volatilidade das ações individuais, grupos de ações ou índices de ações.

- Os riscos de moeda são decorrentes de exposições às variações nos preços à vista, nos preços futuros e da volatilidade das taxas de câmbio.

- Os riscos de preço de *commodities* são decorrentes de exposições às variações nos preços à vista, nos preços futuros e da volatilidade das *commodities*.

O gerenciamento de tais riscos é gerenciado através da diversificação das exposições, controlando os tamanhos das posições e estabelecendo *hedges* financeiros para os valores mobiliários ou derivativos relacionados. Por exemplo, podemos buscar *hedge* para uma carteira de ações assumindo uma posição contrária em um contrato futuro de índice de ações relacionado. A capacidade de gerenciar a exposição pode, no entanto, ser limitada por variações adversas na liquidez do título ou do instrumento de *hedge* relacionado, bem como na correlação das oscilações de preço entre o título e o instrumento de *hedge* relacionado.

Adicionalmente ao julgamento do negócio, a alta administração utiliza uma série de ferramentas quantitativas para gerenciar a exposição ao risco de mercado. Tais ferramentas incluem:

- Uma medida resumida de exposição ao risco de mercado denominada VaR;
- *Stress tests* que medem os efeitos potenciais de diversos eventos do mercado sobre nossos resultados.

VaR
VaR é a perda potencial no valor das posições negociáveis devido as oscilações adversas no mercado em um intervalo de tempo definido com um nível de confiança definida.

O intervalo de tempo de um dia e um nível de confiança de 95% foram utilizados para o VaR. Isso significa que há 1 chance em 20 de que os resultados caiam abaixo dos resultados diários esperados a um valor no mínimo igual ao VaR registrado. Assim, seria possível prever que quedas nas receitas líquidas esperadas em um único dia de negociação, acima do VaR registrado, ocorreriam, em média, aproximadamente uma vez por mês. Quedas em um único dia podem ultrapassar o VaR registrado em valores significativos. Quedas também podem ocorrer com mais frequência ou se acumularem ao longo de um intervalo de tempo como, por exemplo, em um determinado número de dias de negociações consecutivos.

A modelagem das características do risco nas nossas posições de negociação envolve uma série de premissas e aproximações. Apesar de tais premissas e aproximações serem razoáveis, não há uma metodologia padrão para estimar o VaR e premissas e/ou aproximações diferentes poderiam produzir estimativas de VaR significativamente diferentes.

Dados históricos são utilizados para estimar o VaR e, para melhor refletir a atual volatilidade dos ativos, geralmente através da ponderação de dados históricos de forma a dar maior importância as observações mais recentes. Dado a confiança em dados históricos, o VaR é mais eficiente para estimar exposições ao risco em mercados onde não há mudanças fundamentais subtas ou variações importantes nas condições de mercado. Uma limitação inerente ao VaR é que a distribuição de mudanças passadas nos fatores de risco de mercado podem não produzir projeções precisas do risco de mercado futuro. Metodologias de VaR e premissas de distribuição diferentes podem produzir um VaR significativamente diferente.

(d) Risco Operacional
O risco operacional é relacionado com o risco de perdas decorrentes de deficiências ou falhas em processos internos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos. O risco operacional pode surgir de vários fatores que vão desde erros de processamento de rotina como por exemplo, falhas de sistemas. O risco operacional também pode causar danos à reputação. Assim, os esforços para identificar, controlar e mitigar o risco operacional devem ser igualmente sensíveis ao risco de danos à reputação, bem como ao risco de perdas financeiras.

A Corretora administra o risco operacional através da aplicação a longo prazo, e em constante evolução, das normas de controle que são suportadas por treinamento, supervisão e desenvolvimento de pessoas, a participação ativa e o compromisso da alta gerência em um processo contínuo de identificação e mitigação operacional de riscos chaves no Banco e um departamento forte e independente que monitora o risco operacional em base diária. Juntos, tais elementos formam uma forte cultura de controle que serve como base de esforços para minimizar a exposição ao risco operacional.

A gestão de Risco Operacional e Análise é uma função de gestão de risco independente da área geradora de receita. Adicionalmente, é responsável pelo desenvolvimento e implementação de uma estrutura formal para identificar, medir, monitorar e reportar riscos operacionais para apoiar a gestão ativa dos riscos na Corretora.

(e) Risco de Liquidez
O grupo Goldman Sachs acredita que o acesso à liquidez é um dos mais importantes aspectos para uma companhia do setor financeiro e portanto, tem como objetivo alinhar o gerenciamento de liquidez com estratégias e objetivos relacionados aos seus negócios. O objetivo principal é ser capaz de prover recursos para permitir que os principais negócios da empresa continuem gerando receitas, mesmo em circunstâncias adversas. Para atingir tal objetivo, a empresa mantém um excesso de liquidez regularmente, para garantir uma liquidez adequada em um cenário de stress.

A política de liquidez é definida em linha com as políticas globais determinadas pela matriz e é gerenciada diariamente pela Tesouraria Corporativa no Brasil e acompanhada diariamente pela sua gerência na Matriz.

A Tesouraria Corporativa não se reporta às áreas de negócios da Corretora, tendo um perfil de área de controle, sendo responsável pelo gerenciamento da liquidez das empresas controlando os fluxos de caixa, linhas de crédito e relacionamento com o mercado.

Como principais fatores de avaliação da liquidez são utilizados:

- Custo
- Diversificação
- Descasamento de prazos
- Necessidade de captações antecipadas
- Previsões econômicas e de Mercado

São Paulo, 30 de agosto de 2010

BALANÇO PATRIMONIAL		EM 30 DE JUNHO - Em R\$ mil	
	2010	2009	
ATIVO			
Circulante	134.517	15.920	
Disponibilidades	84	693	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	41.299	-	
Aplicações em operações compromissadas	41.299	-	
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	946	14.714	
Livres	-	13.177	
Vinculados à prestação de garantias	946	1.537	
Outros créditos	92.179	513	
Negociação e intermediação de valores (nota 6(a))	89.120	260	
Diversos (nota 6(b))	3.059	253	
Outros valores e bens	9	-	
Despesas antecipadas	9	-	
Permanente	-	-	
Imobilizado de uso	107	174	
Imobilizações em curso	191	191	
(-) Depreciações acumuladas	(84)	(17)	
Total ativo	134.624	16.094	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	2009	
Circulante	100.860	2.521	
Outras obrigações	100.860	2.521	
Sociais e estatutárias (nota 7(a))	5.915	636	
Fiscais e previdenciárias (nota 7(b))	2.310	288	
Negociação e intermediação de valores (nota 6(a))	88.310	485	
Diversos (nota 7(c))	4.325	1.112	
Patrimônio líquido (nota 9)	33.764	13.573	
Capital social	50.000	15.000	
Reservas de lucros	134	134	
Lucros ou prejuízos acumulados	(16.370)	(1.561)	
Total passivo e patrimônio líquido	134.624	16.094	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em R\$ mil					
	Capital realizado	Reserva estatutária	Reserva legal	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	3.750	127	7	-	3.884
Aumento de capital (nota 9(b))	11.250	-	-	-	11.250
Prejuízo do semestre	-	-	-	(1.561)	(1.561)
Saldos em 30 de junho de 2009	15.000	127	7	(1.561)	13.573
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	50.000	127	7	(14.296)	35.838
Prejuízo do semestre	-	-	-	(2.074)	(2.074)
Saldos em 30 de junho de 2010	50.000	127	7	(16.370)	33.764

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Com o objetivo de complementar as atividades atualmente realizadas no Brasil nas áreas de banco de investimento, renda fixa e consultoria financeira (*advisor*), bem como instituir a prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros, nos termos da Resolução 2.689 o grupo Goldman Sachs constituiu a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), sociedade de capital fechado e subsidiária integral do Goldman Sachs do Brasil Múltiplo S.A. ("Banco"). A Corretora recebeu autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil ("BACEN") em 09 de maio de 2008. A Corretora é parte integrante do Grupo Goldman Sachs e desde o início das suas atividades vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados as atividades financeiras do Grupo no Brasil e no Exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando no mercado nacional e internacional de forma integrada, tendo os custos dessa estrutura apropriados em cada unidade de negócio correspondente. Como já ocorre em todas as operações do grupo Goldman Sachs no Brasil, a Corretora conta com todo o suporte de recursos humanos, tecnológicos e de capital para assegurar o melhor nível de serviços prestados aos seus clientes, bem como o atendimento às exigências estabelecidas na legislação vigente, regulamentos e melhores práticas de mercado em vigor.

Em 16 de dezembro de 2008 a Corretora teve seu pedido de admissão, como corretora do segmento Bovespa, aprovado pelo Conselho de Administração da BM&FBOVESPA, estando habilitada a operar nos mercados de ações, renda fixa e derivativos. Em 02 de fevereiro de 2009 a Corretora começou a executar ordens.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, considerando a partir do exercício de 2008, as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, convertida em Lei 11.941/09, em consonância com as normas e instruções estabelecidas pelo CMN e BACEN.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa na Corretora estão compostos por saldos em conta corrente.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários
De acordo com a Circular 3.068 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria "Títulos para negociação" e são contabilizados pelo valor de mercado, onde os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

(e) Outros ativos circulantes e não circulantes
São demonstradas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realização futura e/ou as provisões para perdas. Os ativos diferidos fiscais calculados sobre os saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são medidos pela aplicação das alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% no caso do imposto de renda e 15% no caso da contribuição social sobre lucro líquido. Cabe-nos, ainda, ressaltar, que a compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

Em 30 de junho de 2010 e de 2009 os créditos tributários citados acima não estavam registrados contabilmente (Nota 8).

(f) Imobilizado de uso
Demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil-econômica do bem.

(g) Contingências

As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2010, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas bancadas com vencimento em 01 de julho de 2010 e lastreadas por Letras do Tesouro Nacional.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular 3.068 do BACEN, na categoria "para negociação", sendo composta de Letras do Tesouro Nacional (LTN).

O valor de mercado dos títulos públicos representa o fluxo de caixa futuro descontado ao valor presente pelas taxas conhecidas e praticadas pelo mercado. O saldo da carteira própria de títulos e valores mobiliários estão assim demonstrados:

(a) Composição por classificação e tipo

	2010	2009
	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos para negociação		
Livres	-	13.177
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-
Vinculados à prestação de garantias na BM&FBOVESPA	952	946
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	952	946
Total	952	946
1.537	14.714	

(b) Composição por prazo de vencimento

	2010
	3 a 12 meses
Posição TVM	Valor de mercado
Vinculados à prestação de garantias	946

6. OUTROS CRÉDITOS

(a) Negociação e intermediação de valores
Os saldos classificados em negociação e intermediação de valores no ativo e no passivo são compostos por operações com valores mobiliários por conta de clientes a liquidar, conforme segue:

	2010	2009
	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	Ativo	Passivo
Devedores (credores) -	89.120	67.496
Conta liquidações pendentes	260	-
Total	89.120	67.496
260	485	

(b) Diversos
Referem-se substancialmente a impostos e contribuições a compensar e valores a receber de sociedades ligadas (nota 10(b)) no valor de R\$ 771 (2008 - R\$ 0) e R\$ 1.698 (2009 - R\$ 0) respectivamente.

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES
(a) Sociais e estatutárias
Representadas, substancialmente por provisão de bônus a pagar no valor de R\$ 5.902 (2009 - R\$ 634).

(b) Fiscais e previdenciárias
Representadas, substancialmente por provisão para impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 828 (2009 - R\$ 228) e provisão de impostos e contribuições sobre o lucro no valor de R\$ 1.476 (2009 - R\$ 60).

(c) Diversas
Refere-se substancialmente a valores a pagar referente a despesas com pessoal no montante de R\$ 783 (2009 - R\$ 376) e a sociedades ligadas no montante de R\$ 3.542 (2009 - R\$ 734) (nota 10(b)).

8. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

(a) Os impostos e contribuições a recolher são demonstrados como segue

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	2009	2010	2009	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.537)	(1.537)	(592)	(592)
Imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) à alíquota vigente	(384)	(231)	(160)	(89)
Diferenças temporárias sem registro de crédito tributário	159	95	1.480	888
Diferenças temporárias com registro de passivo diferido	(15)	(8)	(3)	(2)
Diferenças permanentes	-	-	-	-
Constituição/(compensação) de prejuízo fiscal - não registrado contabilmente	240	-	(399)	-
Constituição/(compensação) de base negativa de contr. social - não registrado contabilmente	-	144	-	(239)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	-	-	918	558

(b) O imposto de renda e a contribuição social diferida são demonstrados como segue

	2009	201
--	------	-----